

O Arquipélago Brasil e a manobra estratégica em linhas interiores*

Uma proposta estratégica militar baseada em especulações geopolíticas

Leonardo Ramalho Rodrigues Alves**

Este ensaio analisa a visão estratégica militar vigente, aponta seus equívocos e a razão de ainda prevalecerem, apesar das atuais aspirações e necessidades do País, e termina propondo uma nova estratégia militar fundamentada no que o autor chamou de especulações geopolíticas.

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE

Estratégia, geopolítica, política de defesa, comandos combinados

“Alguns nascem grandes; alguns realizam grandezas; porém, alguns possuem um impulso de grandeza a conduzi-los.”

Shakespeare¹

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Segundo Huntington², as questões operacionais imediatas de política militar normalmente envolvem aspectos quantitativos, qualitativos e dinâmicos sobre a utilização das Forças Armadas. Entre essas questões destacam-se o desdobramento ou a articulação da força militar e a concepção de emprego, pontos focais desse ensaio.

A atual articulação estratégica da Força Terrestre brasileira responde a atavismos históricos, identificados, grosso modo, no atendimento às demandas de segurança na fronteira, em particular às do Cone Sul, e à presença junto aos centros de poder político. Dessa maneira, entende-se como verdadeira a afirmação de Francisco Laguna San-

quirico³ ao dizer que “a orientação político-estratégica é a base da organização dos exércitos”.

No caso brasileiro, essa orientação foi substanciada recentemente na Política de Defesa Nacional (PDN)⁴, que aponta as Forças Armadas como instrumento predominantemente voltado para as ameaças externas, onde, sobejamente, aparecem os qualificativos internacional, global e externo, o que reflete uma profunda mudança conceitual, completamente distante da realidade das Forças Armadas.

De modo geral, a concepção estratégica militar brasileira é eminentemente terrestre e defensiva, pois se inclina a privilegiar os impulsos da continentalidade, embora reconheça-se que a inserção econômica e o relacionamento com a comunidade internacional são influenciados sobretudo pela maritimidade. Os fatos geográficos e históricos, que corroboram essa asserção geral, serão particularizados.

* Colaboração da ECEME.

** Tenente-Coronel de Cavalaria e Estado-Maior.

Estes elementos – territorialismo, defensivismo e prioridade para as demandas internas de segurança – são recorrentes e consagrados nas formulações estratégicas, contudo, podem ser relativizados em face de uma leitura heterodoxa, de natureza geopolítica, do problema militar brasileiro.

Cabe o registro de que as noções geográficas, adotadas neste ensaio, foram inspiradas em *Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas*, um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil⁵, bem como na leitura de *Formação do Brasil Contemporâneo*⁶. Em relação às interpretações geopolíticas, foram adotadas as esposadas por Meira Mattos⁷ e, particularmente, na concepção do arquipélago brasileiro de Golbery do Couto e Silva⁸.

A base filosófica que sustenta a argumentação alinhavada é calcada na dialética, sendo que neste particular se afasta incomensuravelmente dos pensamentos de Golbery e Mattos, e por isso mesmo preconiza posturas e atitudes ofensivas, pressupondo o conflito como uma condição objetiva, permanente e intrínseca à natureza humana e, por conseguinte, ao Estado.

É evidente que a concepção se contrapõe à atual posição globalista, na qual se alardeia a decadência das instituições marcadamente nacionais, questionam-se soberanias, e atores não-estatais desconhecem, em sua atuação, as fronteiras dos estados⁹.

Caso o mundo estivesse às vésperas de uma era de prosperidade global, sem compartimentalizações de raças, de religiões ou de ideologias, onde preponderassem a estabilidade e a harmonia, certamente o conteúdo do trabalho seria totalmente infundado. No entanto, as evidências indicam a entrada numa nova era de enfrentamentos, de distanciamento e de prioridades dos interesses nacionais, segundo assinala um articulista na revista *Ejercito de Tierra Espanol*¹⁰.

Destarte, o impulso a que se refere Shakespeare, na citação de pórtico, é conceitualmente dialético, e poder-se-ia parafrasear o filósofo Heráclito¹¹

e afirmar que, “o conflito é o motor da *realpolitik*: torna as nações ambiciosas grandes e as tímidas e imprevidentes, meros coadjuvantes”. O corolário dessa visão é de que o poder constitui-se algo substancialmente assimétrico e que essa inércia somente pode ser alterada com o uso, ou ameaça de uso, da força¹².

Por fim, cabe salientar que a proposta do ensaio é cogitar em uma alternativa de atitude e posicionamento estratégico militar. Sendo um cadinho de idéias, nele emergem concepções dissonantes das proposições da atual Política de Defesa Nacional e do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX); no entanto, não foram produzidas, data venia, com o intento deliberado de confrontar, mas, como consequência lógica do encadeamento das propostas e percepções dos geopolíticos, estrategistas e historiadores citados.

A GEOPOLÍTICA TROPICAL

“A política feita em decorrência das condições geográficas ou estabelecida com base ou fundamento nos fatores geográficos é geopolítica.”

Everardo Backhauser

Breve síntese do pensamento de eminentes geopolíticos

Meira Mattos

O General Meira Mattos é, provavelmente, o mais importante geopolítico brasileiro em atividade. Coleciona em sua biografia a participação na campanha da FEB e na Força Interamericana de Paz, em São Domingos.

Suas concepções estão assinaladas em vários livros e artigos largamente difundidos nos meios militares do Brasil e do exterior. Na sua obra percebe-se subjacente a influência da bipolaridade ideológica de meados do século passado.

Uma das decorrências desta influência é o alinhamento incontínente com os norte-americanos no cenário mundial, assim como a postura

de guardião regional do modelo político e econômico ianque no subcontinente austral.

No entanto, são reveladoras de sua visão prospectiva as propostas para a adoção de estratégias específicas para a Amazônia, para o Cone Sul e para o Atlântico Sul e, muito significativamente, para a adoção de comandos combinados desde o tempo de paz. Em particular, distingue a necessidade de posturas militares diferenciadas para a Amazônia Oriental e Ocidental.

Sendo um militar da Força Terrestre, o pensamento de Meira Mattos é nitidamente orientado pelo continentalista, o que pode ser facilmente constatado por sua asserção de que a estratégia marítima nacional não pode ter outra pretensão senão defender as águas territoriais, as costas e proteger nossos comboios marítimos mais importantes. Nossa estrutura militar deve responder a estas servidões¹³. Trata-se, sem retoque, da descrição da postura estratégico-operacional marítima do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Therezinha de Castro

A Professora Therezinha permanece como referência respeitável em geopolítica, tanto pela abundância dos trabalhos como pela abrangência de seus estudos, que envolvem assuntos de geografia, geopolítica e estratégia e contemplam espaços terrestres e marítimos adjacentes ao Brasil. Talvez contribua para esta visão mais ampla, sua condição insólita de especialista civil.

Essa percepção assegura-lhe um entendimento mais equilibrado da dicotomia maritimidade "versus" continentalidade. Disso decorre a defesa de tese sobre o direito brasileiro à Antártica e uma maior valorização do Atlântico e de sua margem africana nos delineamentos estratégicos militares.

Por fim, a eminente Professora ressalta uma concepção que estratifica as nações em cinco níveis - ricas, emergentes, perturbadoras, pobres e extratoras. Tal concepção será utilizada frequentemente ao longo deste ensaio.

Quadro I: Nivelamento das Nações

*Geopolítica: Princípios, Meios e Fins. BIBLIEX
Rio de Janeiro. 1999*

1º nível	Os chamados "Cinco Grandes" com poder decisório na ONU. Os integrantes do G-8.
2º nível	São a chave do desenvolvimento do novo sistema internacional. Detêm a superioridade intra-regional. São emergentes (economicamente) e perturbadoras (politicamente).
3º nível	São confinadas ao âmbito regional. São emergentes (economicamente) e perturbadoras (politicamente).
4º nível	Mantêm relacionamentos significativos com os vizinhos. São pobres e extratoras.
5º nível	Apenas marginalmente interagem com outros Estados. São pobres e extratoras.

Everardo Backheuser

Everardo Backheuser é, atualmente, muito pouco conhecido nos meios castrenses. Sua obra maior, *A Geopolítica Geral do Brasil*, publicada pela Biblioteca do Exército, em 1952, dificilmente é encontrada nas estantes das escolas militares.

Coube a Backheuser realizar os primeiros estudos sistematizados sobre geopolítica no Brasil. O seu esforço intelectual é direcionado para o estudo dos espaços interiores e das fronteiras, cabendo-lhe, com esse mister, o estudo apurado das obras de Ratzel¹⁴ e Kjellen¹⁵.

Meira Mattos e Octavio Tosta ressaltam, em suas obras, as prováveis influências do pensamento de Backheuser nas gerações de militares que participaram ativamente na vida nacional em meados do século passado.

Golbery do Couto e Silva

É de Golbery a concepção do Arquipélago brasileiro¹⁶ (Fig. 1), amplamente explorada neste

ensaio. Trata-se da visualização do espaço brasileiro como uma série de ilhas e penínsulas. Para ele, tanto quanto para Backheuser e Meira Mattos, a preocupação geopolítica é guarnecer o território.

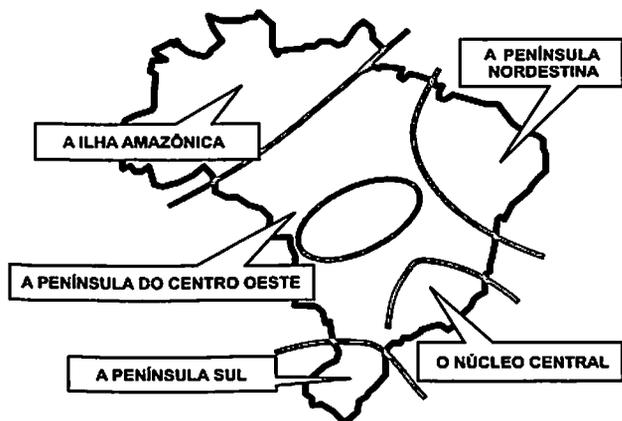


Figura 1 – O Arquipélago brasileiro (segundo Golbery)

Para o campo externo, a atitude preconizada é de cooperação com o poder extracontinental, “a quem (o Brasil) pode ofertar recursos naturais, o porta-aviões do Nordeste e o apoio na preservação continental”.

De todo modo, observa-se o alinhamento de suas idéias com os fundamentos do pensamento geopolítico brasileiro: predomínio da continentalidade sobre a maritimidade, comedimento na projeção extracontinental, bem como preocupação em soldar as partes fragmentadas da ampla base territorial brasileira.

Além do mais, Golbery concebe a área de Mato Grosso-Paraguai-Bolívia como o núcleo da zona de soldadura continental que deveria orbitar na esfera de influência brasileira. Essa idéia é recorrente, pois Mário Travassos¹⁷, outro militar e geopolítico, já havia identificado esse miolo continental como o triângulo mágico (Santa Cruz de La Sierra-Cochabamba-Sucre): o heartland continental.

Por fim, cabe o registro da importância do papel de Golbery como assessor dos governos revolucionários, sendo considerado um dos

maiores articuladores da abertura iniciada pelo Presidente Geisel.

Aspectos relevantes do pensamento geopolítico brasileiro

A proeminência da visão continental, decorrente da marcante e quase exclusiva presença de militares do Exército nas formulações geopolíticas, é um traço predominante no histórico do pensamento brasileiro, caracterizando um certo monismo estratégico.

Isso justifica que os pontos focais dos estudos nesse campo do conhecimento sejam a Baía do Prata e a Bacia Amazônica. Só recentemente os trabalhos de Therezinha de Castro ressaltaram a importância geopolítica do Atlântico.

Lamentavelmente, os nossos Mahan¹⁸ e Seversky¹⁹ estão, supostamente, adormecidos, e as formulações sobre poder marítimo e poder aéreo, embora existam, não se evidenciam a ponto de empolgar os círculos castrenses e, principalmente, civis.

Os principais geopolíticos brasileiros consideram, na sua visão continentalista, que o Atlântico é uma área geopolítica neutra, ou seja, não representa um vetor de ameaças imediatas à integridade ou ao patrimônio nacional. A sua defesa é entendida dentro de um contexto hemisférico, onde o papel brasileiro é de mero coadjuvante. Essa visão persiste nas concepções terrestres até os dias atuais.

Concomitantemente, tem-se por verdadeiro que a ausência da intelectualidade civil nas formulações estratégicas, bem como o alheamento dos conhecimentos geopolíticos nas universidades, tornam o assunto uma reserva de mercado de militares e, como tal, é estigmatizado.

Ademais, a questão da liderança nacional é abordada sob uma perspectiva exclusivamente regional, ainda assim exteriorizada de forma discreta. Quanto a isso, analistas fazem referência ao distanciamento entre força armada e diplomacia²⁰ como elemento inibidor da formulação de uma política externa mais ativa e incisiva.

Por fim, a observação do arquipélago brasileiro de formulação golberiana inspira uma profusão de inferências geopolíticas, cabendo destacar neste momento que:

- núcleo central, berço da civilização brasileira, é caudatário do Atlântico e exposto em face das ameaças projetadas pelo oceano;
- a península do centro-oeste (núcleo geopolítico) não corresponde ao núcleo central (núcleo geo-histórico);
- as penínsulas nordeste e sul são expostas e possuem vocação para projeção de poder;
- a península do centro-oeste é uma área geopoliticamente coberta e corresponde a um pivô - orográfico e hidrográfico - geográfico (é parte integrante da área de soldadura continental).

O oceano como vetor de projeção das grandes ameaças à soberania e à integridade

Inúmeros exemplos, alguns aqui registrados, patenteiam o que se pode chamar de a vulnerabilidade Atlântico. Não é à toa que Alberto Torres, figura política de proa em meados do século XX, disse que a principal questão estratégica do Brasil, até aquela época, era somente uma: "lutar para defender ou desalojar incursões no imenso litoral."²¹

Além disso, é sólido o argumento de que o Brasil foi caudatário dos ingleses, inicialmente, e depois dos americanos, nas estratégias militares para o Atlântico Sul. Em resumo: o Brasil nunca teve capacidade militar para projetar-se no oceano, a despeito da consideração de que o nosso colonizador era uma potência marítima. Parece

Quadro II - As áreas do arquipélago e as vocações estratégicas

Área	Posição Relativa	Vocação Ofensiva	Vocação Defensiva
Ilha Amazônica	Exposta	Projeção sobre o Caribe e para as massas continentais sulamericanas.	Contenção de ameaças sobre o ecúmeno estatal.
Península Nordestina	Exposta	Projeção sobre o litoral atlântico africano.	Contenção de ameaças sobre o ecúmeno estatal.
Núcleo Central	Exposta	Não tem vocação ofensiva.	Área de concentração das reservas navais.
Península Sul	Exposta	Projeção sobre as passagens no extremo meridional do Atlântico Sul e Antártica.	Contenção de ameaças sobre o ecúmeno estatal.
Península do Centro-Oeste	Coberta	Não tem vocação ofensiva.	Área de concentração das reservas terrestres e aéreas.

Essas proposições permitem o estabelecimento deste quadro de resumo acima, onde se estabelecem as vocações estratégicas das porções do arquipélago.

AS AMEAÇAS

"Um exército não pode existir quando se elimina de seu horizonte a possibilidade de uma operação."

Ortega e Gasset

que essa impulsão original se atrofiou diante dos desafios impostos pela continentalidade.

Sintomaticamente, a batalha naval de maior significado da História brasileira foi travada em águas interiores e contra um oponente exclusivamente continental. A participação das forças de mar sempre foi subsidiária, atuando, por vezes, no isolamento estratégico e, mormente, como elemento de transporte.

Quadro III – Algumas ações militares envolvendo potências de primeiro nível, no Brasil, após a Independência.²²

Fato histórico	Data	Método estratégico do oponente	Estratégia brasileira
Ações de fuzileiros franceses e ingleses no Rio de Janeiro. Revolta de batalhões mercenários e. (1)	1828	Coerção	x
A França invade o Amapá aproveitando-se da situação de desordem proporcionada pela Cabanagem. (2)	1835	Coerção	Persuasão Diplomática
Ambições territoriais inglesas a partir da Guiana, sob pretexto científico. (3)	1838	Coerção	Persuasão Diplomática
As águas territoriais e alguns portos foram violados, bem como navios apresados pelos ingleses. Conseqüência do Bill Aberdeen. (4)	1845	Coerção	Persuasão Diplomática
A flotilha inglesa intercepta navios mercantes na barra do Rio de Janeiro, em decorrência da Questão Christie. (5)	1865	Coerção	Persuasão Diplomática
Pressão americana pela internacionalização da Amazônia. (6)	1866	Persuasão	Persuasão Diplomática
A questão do Pirara e do Amapá. (7)	1901	Coerção	Persuasão
Ação de submarinos alemães no litoral brasileiro. (8)	1942	Coerção	Coerção Represália

Se assim foi no passado, não há elementos que apontem para a reversão desse entendimento em futuro próximo.

Cabe o encerramento dessas considerações com a lapidar citação, sobre a importância do Atlântico, de um trecho do diplomata Ronaldo Sardenberg²³, em palestra ministrada para diplomados na Escola Superior de Guerra, em 1996, na Cidade de São Paulo:

“Além de uma realidade geográfica, o Atlântico Sul representa uma experiência histórica e cultural, com virtualidades políticas e econômicas. O Atlântico Sul sempre fez parte de nossa história e integrará os cenários de longo prazo que estamos desenhando.

Na ótica estratégica, o Brasil é simultaneamente sul-americano e sul-atlântico, condiciona-

do que é tanto por sua continentalidade quanto pela maritimidade.”

É, sem retoque, a forma adequada de se entender, do ponto de vista estratégico e geopolítico, o Atlântico.

As ameaças no interior continental estimulam as estratégias terrestres

As fronteiras terrestres sempre foram prioritárias para a Estratégia Militar brasileira, embora, concretamente, somente em um período, após 1822, um vizinho tenha rompido o linde terrestre.

Outro foco de atração para a extensa fronteira terrestre foi a existência de áreas de fricção entre os países continentais de origem hispânica. O receio permanente é de que os conflitos por pendências territoriais ou as instabilidades

institucionais nos vizinhos extrapolassem para o território brasileiro.

Um temor hipotético jamais concretizado, pois a vertente dos Andes debruçada sobre o interior continental não corresponde aos ecúmenos estatais dos nossos vizinhos, bem como funciona como um anteparo para o transbordamento dos potenciais contenciosos.

Neste ponto da discussão, insere-se um fator fundamental no estabelecimento da proeminência terrestre: a necessidade militar de contenção das forças centrípetas que ameaçaram a unidade nacional, traduzidas nas revoltas internas, predominantemente urbanas e litorâneas.

O quadro de resumo, adiante apresentado, registra, de forma superficial, alguns eventos de perturbação interna pós-independência. O intento é estabelecer uma relação causal genérica entre os acontecimentos assinalados e a presença marcante de concepções terrestres na formulação da estratégia militar brasileira.

Parece verdade irretorquível que as responsabilidades internas assoberbaram as forças mili-

tares brasileiras ao longo da História. Acrescenta-se que a vocação militar foi superexcitada, no período pós-Segunda Guerra Mundial, pela inserção do componente ideológico, que enfatizou a preocupação com a segurança interna, enquanto, externamente, permanecia-se sob o guarda-chuva protetor da potência hegemônica.

Aspectos conclusivos

Condicionantes geográficos interpuseram-se como barreiras naturais à projeção das ameaças sobre o território nacional. Na visualização da figura 2, identificam-se os mantos protetores ou barreiras defensivas (Amazônico, Andino e Atlântico), lembrando que a maior permeabilidade às interferências externas é identificada, ao longo da História, na vertente atlântica.

É possível inferir uma conclusão e projetar uma visão prospectiva dessa percepção.

A ilação é de que a concentração das forças militares terrestres junto à linha litorânea e em grandes centros urbanos atende, prioritariamente, às necessidades de segurança interna.

Quadro IV – As tensões internas após 1822²⁴

Fato histórico	Local (foco)	Data	Estratégia de Contenção
Confederação do Equador	Recife	1824	Predominantemente terrestre
Motins militares	Rio de Janeiro	1831	Exclusivamente terrestre
Farroupilha	Rio Grande do Sul	1835-45	Predominantemente terrestre
Cabanagem	Belém	1835-45	Predominantemente terrestre
Balaiada	Maranhão	1838-41	Exclusivamente terrestre
Revolta Liberal	S. Paulo e M. Gerais	1842	Exclusivamente terrestre
Revolução Federalista	Regiões Sudeste e Sul	1893	Predominantemente terrestre
Contestado e Canudos	Interior das regiões S e NE	1892-95	Exclusivamente terrestre
Coluna Prestes	Áreas interiores	Década de 1920	Exclusivamente terrestre
Revolução de 1930	Regiões NE, S e SE	1930	Exclusivamente terrestre
Revolução Constitucionalista	São Paulo	1932	Predominantemente terrestre
Intentona Comunista	Natal, Recife e Rio de Janeiro	1935	Exclusivamente terrestre

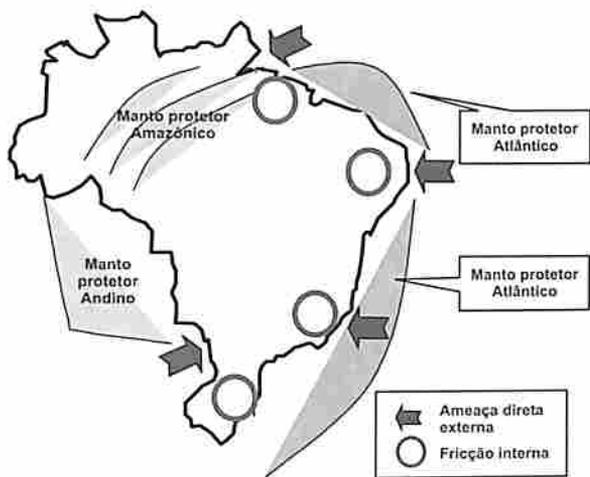


Figura 2 – Mantos protetores e focos de fricção

A perspectiva é de que o Atlântico deve ser reconhecido como o principal vetor de projeção de poder e dos interesses das potências de primeiro nível, sendo que, à semelhança dos portugueses, há séculos, não se dispõe de capacidade para conter essa provável ameaça.

Além disso, a articulação, a postura, a atitude e as estratégias atuais são decorrências da evolução histórica do Brasil. A estratégia da presença é uma herança portuguesa, e a concentração de forças no centro e no sul do país é o efeito, no campo militar, das turbulências internas do Brasil imperial e republicano.

Em resumo, a estrutura militar está condicionada para responder aos desafios do passado, ou seja, é rebocada pela História. A mentalidade é eminentemente retrospectiva, defensiva e endógena, não correspondendo ao desejável para quem aspira o círculo das nações de primeiro nível.

O AMBIENTE ESTRATÉGICO: UMA VISÃO PROSPECTIVA

“Nos séculos XVI e XVII as fricções por posição e riquezas se desenvolveram na linha litorânea; nos séculos XVIII e XIX, no Prata; o século XX presenciou as lutas intestinas de caráter ideológico. O século XXI assistirá às contendas pelo

espaço vazio intracontinental, pela água e pela biodiversidade, em um quadro em que nós, brasileiros, temos muito a perder.”

A ordem internacional: esboço de um cenário²⁵

A estruturação verticalizada das nações em níveis, como assinala Therezinha de Castro, e a observação do panorama internacional permitem ilações quanto ao relacionamento de poder entre os Estados em futuro imediato.

Inicialmente, considera-se remota a probabilidade de que as nações de primeiro nível venham a se confrontar militarmente em escala global ou regional. As retaliações recíprocas poderiam provocar um nível de destruição – a hecatombe nuclear – que violaria o princípio da autopreservação.

A ocorrência de enfrentamento entre nações do primeiro nível com as outras dos níveis subalternos é mais plausível e a história recente registra o conflito nas ilhas Malvinas, entre argentinos e ingleses, e a invasão do Afeganistão, pela União Soviética, como exemplos da factibilidade desses eventos.

Na atualidade, os conflitos desenvolvem-se entre nações emergentes ou pobres, ou ainda conflitos intra-estatais, em escala regional, com o apoio velado ou ostensivo das nações de primeiro nível; além disso, assiste-se com frequência às intervenções de nação do primeiro nível nas de quarto e de quinto níveis.

De modo geral, percebe-se que, mesmo com esmagadora superioridade militar, as nações de primeiro nível não dispõem de ampla liberdade de ação. Isso decorre da necessidade de mobilizar e cooptar a opinião pública, nas suas vertentes interna e externa, para a adoção de soluções predominantemente militares.

Outro fato singularmente importante é que os países de terceiro, quarto e quinto níveis, geralmente, são detentores de recursos naturais, fontes de energia e biodiversidade.

Embora concebam-se cenários prospectivos com a dissensão religiosa e cultural como o foco

dos antagonismos, entende-se que a assimetria política e econômica entre o Norte, desenvolvido, e o Sul, subdesenvolvido ou em desenvolvimento, deve ser a fonte de fricções no presente século.

Isso posto, pode-se concluir que:

1 - Preponderarão as disputas econômicas interestatais, no eixo norte-sul.

2 - As nações do primeiro nível tenderão a impor às nações dos demais níveis um compartilhamento de seus recursos naturais, das fontes de energia e da biodiversidade.

3 - As estratégias das nações do primeiro nível se revelarão de modo persuasivo, havendo a tendência para escalarem a crise à revelia dos organismos internacionais, quando os objetivos são considerados vitais.

4 - Só existirá cenário exclusivamente favorável para os principais atores do primeiro nível.

5 - Identificar-se-á um dilema geopolítico para as nações de segundo a quinto níveis: ou se adaptam e cooperam com o atual *status quo*, o que não lhes assegura, necessariamente, ascensão a níveis superiores, ou perturbam o sistema internacional em busca de redução da assimetria, o que lhes pode comprometer o desenvolvimento.

6 - A capacidade de gerir crises internacionais de organismos supranacionais, em particular a ONU, somente se efetivará plenamente, quando não estiverem presentes interesses vitais das nações de primeiro nível.

A aplicação das teorias de Mackinder²⁶ e Haushofer²⁷

Diante disso, pode-se especular geopoliticamente, tomando-se como referência aspectos pontuais do pensamento de Mackinder e de Haushofer.

Em Mackinder vale registrar o conceito do crescente externo insular²⁸, embora, na sua quase totalidade, esteja desatualizado pela evolução tecnológica e pelo contraponto do poder marítimo e aéreo. Trata-se de um pensamento elaborado na transição do século XIX para o século XX no qual o crescente insular representaria a última fronteira

a ser conquistada pelas potências coloniais, hegemônicas e terrestres européias. A América do Sul e a África, no ocidente; o Sul e o Sudeste Asiático, no oriente, integrariam esse crescente. Ademais, observa-se que, hoje, nações do segundo e terceiro níveis, tidas como emergentes e perturbadoras, como o Brasil, a África do Sul, a Índia e outras no Sudeste Asiático, pertenceriam ao crescente.

Haushofer, alemão, concebeu o conceito da pan-região. Trata-se de uma divisão dos grandes espaços geográficos mundiais no sentido norte-sul que seriam liderados, política e militarmente, por estados no hemisfério norte. Assim, haveria a pan-região das Américas, liderada, naturalmente, pelos EUA; outra englobaria a Europa e a África, sendo capitaneada pela Alemanha; por fim uma outra envolveria a Ásia, que seria liderada pela Rússia, China ou Japão.

Na verdade, a pan-região reflete concepção européia e hegemônica que se materializaria no estabelecimento de vários “meridianos de Tordesilhas”, assim como o crescente insular externo poderia ser denominado “crescente marginal exterior”.

Ora, diante destes enfoques, pode-se perceber o Brasil aprisionado na pan-região americana, materializada na configuração da Área de Livre Comércio das Américas, ao mesmo tempo em que visualiza-se uma perspectiva de fuga geopolítica à camisa-de-força das relações norte-sul, no alinhamento das periferias meridionais continentais - América do Sul, África Austral e Ásia Meridional - com o intuito de neutralizar a ação das nações do primeiro nível do hemisfério norte e, na esperança a longo prazo, de alterar o eixo civilizatório do Trópico de Câncer para a Linha do Equador.

O espaço brasileiro: continentalidade, maritimidade e forma

Continentalidade versus maritimidade

Identificando a forma do Brasil com um trapézio (figura 3), pode-se visualizar duas bases continentais e duas litorâneas.

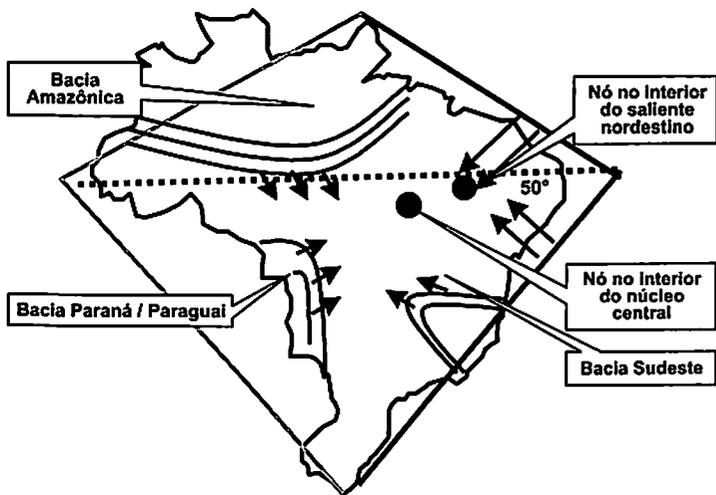


Figura 3 – Duas circunstâncias geográficas particulares: o caimento dos rios e a inflexão do litoral, no paralelo 50°

Uma das continentais desenvolve-se a oeste, estendendo-se desde o Prata até a Serra da Contamana, contrapondo-se aos Andes; a outra, compreende o longo arco fronteiriço balizado ora por limites naturais, como o Rio Javari-Jaquirana e os divisores das bacias do Amazonas e do Orinoco, ora por extensa linha artificial, a geodésica entre o Brasil e a Colômbia, estendendo-se até a costa do Amapá.

As duas bases litorâneas desse trapézio correspondem à linha lateral atlântica, que se estende do Chuí ao Cabo Branco, projetando-se para as passagens meridionais do Atlântico Sul e Antártica; a outra distende-se do Cabo Branco até o Cabo de São Roque, projetando-se para a Europa Ocidental, Caribe e costa leste norte-americana.

São cerca de 15.000km de linha terrestre e 7.000km de linha litorânea, uma proporção de 2:1, o que caracteriza uma predominância da continentalidade.

A despeito disso, o núcleo geo-histórico e o ecúmeno estatal não são coincidentes com o núcleo geográfico devido a fatores históricos de ordem primordialmente econômica.

Outra ilação decorrente dessa relação continentalidade versus maritimidade é a de que, embora atraído mais pela segunda, o Brasil não se tornou

uma nação oceânica, sob o ponto de vista político e militar, mas, tão-somente uma nação litorânea.

Forma, morfologia e hidrografia

O equilíbrio das dimensões longitudinal e transversal configura um país de forma compacta. Esta, associada às dimensões continentais do Brasil, produz conseqüências para a formulação de políticas e estratégias militares.

Ao observar-se a hidrografia brasileira, constata-se que o caimento dos afluentes da margem direita da Bacia Amazônica, bem como dos rios da Bacia do Meio Norte, com particular destaque para o Rio Parnaíba, aponta caprichosamente para o núcleo geográfico.

Do mesmo modo, é nesse núcleo que se localizam as cabeceiras dos rios

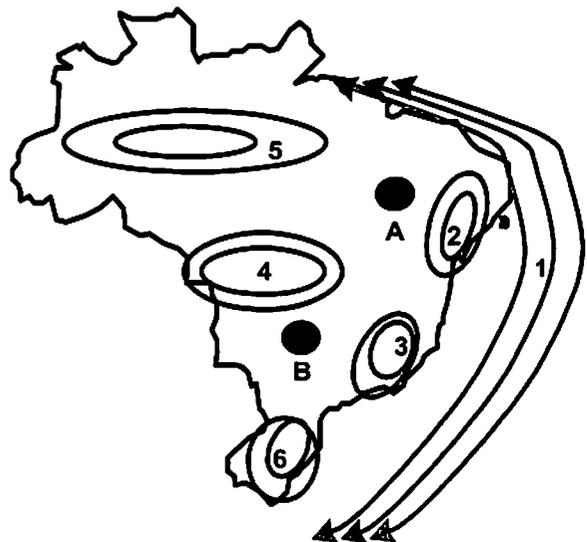


Figura 4 – As linhas de comunicações interiores. Uma marítima (1) e cinco terrestres (2 a 6) e os nós terrestres (A e B). Segundo Caio Prado Junior.

Paraná e do São Francisco, evidenciando a área como charneira hidrográfica. A propósito, Caio Prado Júnior²⁹, na descrição das vias de comunicação e transporte do Brasil-Colônia, assi-

nala isso como uma importante circunstância geográfica, que, juntamente com a inflexão do litoral no paralelo 50° S, apontam para dois nós de comunicações terrestres (figura 4): um no interior da Península Nordeste (letra A) e outra na Península do Centro-Oeste (letra B).

Os ditames geográficos, associados aos vetores morfológicos e hidrográficos, impuseram-se para os bandeirantes e, na circulação econômica dos séculos XVII e XVIII, orientaram a interiorização pelos caminhos fluviais e fixaram as populações nos planaltos, onde a civilização floresceu, mercê de recursos naturais abundantes e clima ameno.

Ora, a interação desses determinismos geográficos induz a cogitar em uma atração natural da civilização brasileira para o interior da massa continental, para o seu heartland, sob perspectiva geopolítica. Com isso, buscar-se-ia aproximar o ecúmeno estatal do núcleo geográfico, bem como equilibrar as influências da continentalidade e da maritimidade.

Este enfoque induz a pensar na necessidade de concentrar o poder militar no heartland, de modo a resguardá-lo das ameaças oriundas do Atlântico e harmonizar as distâncias para o emprego no perímetro do organismo estatal.

A MANOBRA ESTRATÉGICA

“A concepção de segurança do território é função dos tipos de antagonismos e da área de seu território.”

Aurélio de Lira Tavares

A opção pela manobra em linhas interiores é a mais conveniente para um país de dimensões continentais e com a forma compacta

A forma, a extensão e a posição relativa aos centros de poder mundial sugerem uma concepção defensiva que privilegie um posicionamento central das forças militares, mantendo-se estas

equidistantes das possíveis áreas de fricção – as fimbrias continentais e Atlântica – e dos impulsos geopolíticos antagônicos.

Anteparos geográficos (figura 2) favorecem a defesa estratégica, dificultando ou retardando a projeção de forças oponentes. Grosso modo, no oriente, as prováveis ameaças deparam-se com o manto Atlântico, que demandaria operações anfíbias, provavelmente onerosas. No entanto, vale o registro de que ao longo da História, nunca uma força invasora foi impedida de desembarcar no litoral. A derrota do oponente sempre foi imposta em campanhas terrestres.

No lado oposto, a oeste, a cordilheira andina coloca-se como biombo defensivo a penetrações na direção estratégica do Pacífico-Atlântico. Mais uma vez, compulsando-se as páginas da História, não se registram ameaças projetando-se por esse lado. Os conflitos, no ocidente, confinaram-se às planícies interiores do Prata e do Chaco.

No setentrião, o manto amazônico barrou as projeções na direção do Caribe para o interior continental, para tanto contribuindo as características deste gigantesco anecúmeno, assim como a relativa pouca importância geopolítica da área caribenha – uma área caudatária dos norte-americanos.

Com isso, argumenta-se que a massa continental, sob o enfoque exclusivo de suas características geoestratégicas, se convenientemente explorada, pode tornar-se um fator dissuasivo pela grande profundidade que apresenta. Além disso, do seu interior para o perímetro, seja para o Atlântico, seja para as fronteiras norte ou oeste, há um equilíbrio nas distâncias, o que facilita os deslocamentos estratégicos.

Quanto aos impulsos geopolíticos antagônicos, conquanto pequenas nuances dependendo do cenário visualizado, basicamente, intentam, no plano econômico, o compartilhamento compulsório de riquezas naturais, dos espaços físicos e de fontes de energia. Sob o ponto de vista político, atuam no esforço para engessar a lide-

rança no nível regional ou contrabalançá-la com o estímulo de antagonismos no subcontinente.

Naturalmente, esses impulsos seriam promovidos por nações de primeiro nível, em frentes multinacionais, com a complacência coagida de nações regionais do quarto e do quinto nível. Com isso, abre-se um leque amplo de variantes, no qual não é possível definir a direção do esforço geopolítico antagônico.

De modo que, conjugando-se a multiplicidade das ameaças e o ambiente difuso e incerto dos cenários – seja do ponto de vista geopolítico, seja geoestratégico – tem-se como razoável a adoção de uma atitude de expectativa mediante todas as direções estratégicas, sendo, portanto, mais adequada a manobra por linhas interiores.

O teclado estratégico de Beaufre: uma adaptação hipotética para o caso brasileiro

Beaufre, no seu clássico *Introdução à Estratégia*, apresenta uma definição de ações estratégicas³³⁰ a partir da esgrima.

A idéia é apropriar-se dessa definição e adaptá-la ao objetivo desse ensaio sobre a estratégia militar brasileira, associando-a com as áreas do arquipélago brasileiro concebido por Golbery.

Cabe o registro de que Beaufre relaciona todas as ações estratégicas com a liberdade de ação

e que essa, segundo o autor, só pode ser assegurada pela iniciativa, fator essencial da manobra.

Hipertrofie-se o entendimento de iniciativa, estendendo-a a todos os níveis da manobra – a estratégica, a operacional e a tática – e justificar-se-á a necessidade de as forças de cobertura estratégica, desdobradas nas áreas de fronteira, e as forças regionais disporem de mobilidade tática e capacidade ofensiva.

O conteúdo do quadro V apresenta a articulação de forças militares pelas áreas estratégicas, a partir da partição geográfica de Golbery, bem como a vocação destas forças, consoante o pensamento de Beaufre.

Justifica-se a ausência de atitude ofensiva para as forças estacionadas na Península Nordestina e no Núcleo Central, pois o enfoque do emprego delas está intrinsecamente ligado às concepções estratégicas da Marinha, consoante as vocações apresentadas anteriormente e sob a égide da combinação de forças.

Ainda que seja uma questão secundária, recorda-se que a missão de guarnecer o território caberia a forças de uma reserva geral, à semelhança das guardas nacionais utilizadas em diversos países.

Com vigor, explicita-se a idéia de que se atribui menos importância às concepções territorialistas e patrimonialistas, embutidas na estratégia

Quadro V – A articulação de forças pelas áreas estratégicas do arquipélago e as ações estratégicas, sob o enfoque de Beaufre

Área Estratégica	Natureza das Forças	Ação Estratégica	
		Defensiva	Ofensiva
Ilha Amazônica e Península Sul	Cobertura Estratégica	Guardar ou parar	Responder
	Força regional	Romper	Atacar ou Surpreender
	Reservas mobilizadas	Guardar	–
Península Nordestina e Núcleo Central	Força regional	Guardar ou parar	–
	Reservas mobilizadas	Guardar	
Península do Centro-Oeste	Forças estratégicas	–	Ameaçar
	Reservas mobilizadas	Guardar	–

da presença. Na verdade, esta significa, do ponto de vista militar, dispersão, e do ponto de vista político, exposição a interesses alheios à real natureza militar.

A propósito, para todas as áreas adotar-se-ia comandos combinados, já que os considera como uma condição, apriorística e permanente, de qualquer comando militar no nível estratégico operacional e estratégico. Assim, comando combinado é uma acepção, semanticamente, redundante.³¹

UMA PERCEPÇÃO ESTRATÉGICA PARA MEADOS DO NOVO SÉCULO

“Como pode sobreviver o sonho, a não ser à mercê de sua radicalidade?”

Carlos Adriano, *in Desafio de Sísifo*; Folha de São Paulo, Quarta-feira, 3 de janeiro de 2001.

Reflexão sobre a concepção atual

A abrangência das opções estratégicas é grande e, na atual conjuntura, apresenta-se sob o “guarda-chuva” semântico do sintagma nominal “estratégias de segurança”. Basta a consulta ao manual de estratégia do Exército para constatar-se a verossimilhança da asserção. Como a linha política externa tem pouca densidade e é cambiante, estabelece-se um espectro largo de opções estratégicas sob o rótulo do adjetivo “segurança”, à guisa de flexibilidade, que reflete, de fato, a indefinição e a falta de uma opção preferencial.

Beaufre assinala que a estratégia ou é ofensiva ou é defensiva. A nossa é claramente defensiva e, por justiça, louva-se que finalmente se tenha uma definição. Mas, ao agregarem-se os qualificativos postura estratégica defensiva e articulação dissuasiva, expõe-se a questionamentos que serão explorados criticamente.

Compulsando-se documentos oficiais, ensaios e artigos, encontram-se as seguintes adjetivações para nossa estratégia defensiva:

- postura estratégica dissuasória de caráter defensivo (*Política de Defesa Nacional*, p.8.);

- postura estratégica defensiva, privilegiando, antes do conflito, as estratégias da presença, projeção e dissuasão (SIPLEX);

- atitude estratégica defensiva, ativa e dinâmica (Meira Mattos, em *Estratégias Militares Dominantes*, p.90.).

É uma parafernália semântica que pode abrigar muitos entendimentos, tanto quanto pode não significar coisa alguma.

Aqui, nesse trabalho, dar-se-á crédito aos conceitos de ativo e dinâmico e ao enfoque de Beaufre sobre dissuasão

Entenda-se por defensiva ativa aquela em que as respostas estratégicas, a partir do momento da ruptura do *status quo* ou mesmo antes, são pautadas pela tomada incontinenti e irrestrita da iniciativa, assim como caracteriza-se pela busca intensiva de ações decisivas.

O caráter dinâmico está na natureza e na missão das forças, que devem ser, predominantemente, voltadas para a guerra de movimento.

E adota-se essa concepção porque se tem por verossímil o registro de que “por postura estratégica defensiva entende-se aquela atitude e aquele conjunto de normas de atuação em que o Direito Internacional – concebido abstratamente e não como produto de relações reais – tem primazia sobre qualquer outro móvel de ação dos Estados nas relações internacionais e serve para mascarar atitude mental de menosprezo e aversão pelo Poder e pela Realpolitik”, e mais “a postura estratégica defensiva corresponde à atitude de governos sem aspirações a qualquer tipo de liderança ou harmonia”³².

Pode-se construir, com o que foi registrado, um breve silogismo:

- A premissa maior é: a estratégia é a dialética das vontades.

- A segunda premissa é: existe falta de objetividade (ou vontade) no nível político, em particular na vertente externa, e falta de poder dissuasório das Forças Armadas, para o Brasil se inserir no contexto regional e mundial como potência.

Antes de concluir, convém retomar Beaufre, destacando que o seu entendimento de dissuasão se sustenta na capacidade de ameaçar. Ora, poder-se-ia desdobrar essa capacidade em dois componentes: um de natureza psicológica - intenção e atitude - e outro de natureza material.

Compulsando-se as formulações políticas (PDN) e as estratégicas (SIPLEX) disponíveis, constata-se a ausência dos componentes assinalados por Beaufre, o que nos permite a conclusão do silogismo. Portanto, valendo-se da percepção de Oliveiros S. Ferreira, assinala-se:

“As pretensões brasileiras de se tornar integrante dos círculos restritos dos que decidem em âmbito mundial, sempre teve a alicerça-la pouca coisa além da vontade(retórica) e dos dados brutos da geografia.”

A rigor, ao longo da História, a atitude estratégica não foi distinta, pautando-se pela timidez dos propósitos políticos e por atitude militar acentuadamente defensiva. As concepções operacionais permaneceram a reboque de modelos europeus, costumeiramente refletindo procedimentos vigentes na guerra passada.

Este quadro intenta registrar, de modo amplo, a evolução do pensamento estratégico brasileiro.

Para que a forma sintética da exposição não prejudique o entendimento, cabem algumas considerações:

- O primeiro modelo reflete a introversão estratégica, decorrente do isolamento político con-

tinental, em parte, em face da forma de governo imperialista. Em tese, somente atacar-se-ia o oponente após recebido o primeiro golpe e ficar caracterizada a agressão.

- O segundo reflete a incapacidade de fazer frente à potência continental à época, admitindo-se perda territorial, um retraimento para ganhar tempo até a mobilização das reservas e, por fim, até a contra-ofensiva.

- O terceiro traduz a perda de crédito nos organismos internacionais de contenção de crise e salienta a necessidade de manter-se a inviolabilidade do território nacional. Admite, pela primeira vez, uma opção pela antecipação das ações ao adversário.

- O quarto modelo é a decorrência de se ter uma resposta estratégica em face de um oponente ou coligação, incontestavelmente superior, que ameaça a soberania na Amazônia. Trata-se da única resposta militar possível diante da assimetria de capacidade militar ante o oponente.

Há outras ilações possíveis de se estabelecer sobre as atuais concepções:

- não se considerou, por largo período de tempo, a hipótese de conflito com potência extracontinental em área lideira;

- a Marinha e a Aeronáutica exercem um papel secundário nas disposições estratégicas;

- o período revolucionário (1964-84) exacerbou a sensibilidade da Força Terrestre para sua vocação messiânica interna;

Quadro VI – Concepções estratégicas ao longo da História

Modelo	Período	Área Estratégica no Brasil	Exemplos históricos
defensiva - ofensiva	Imperial	Bacia do Prata	Guerra do Paraguai
retirada - defesa - ofensiva	até a 2ª GM	Bacia do Prata	Campanha da França em 1914
defesa no local - retirada, em última instância - ofensiva	pós 2ª GM	Bacia do Prata	Estratégia da França gaulista
retirada - resistência - ofensiva	Década de 1990	Amazônia	Guerra do Vietnã

- é incipiente, até mesmo para o continente, a capacidade de projeção de poder e dissuasão das Forças Armadas; e

- a despeito de possuímos, pela primeira vez em nossa história, uma Política de Defesa Nacional formalizada, ainda é incipiente a integração entre as Forças Armadas e, dessas, com os formuladores da Política Externa.

Propostas

Premissas universais

A Política de Defesa Nacional é o instrumento formal de mais alto nível em que o Governo apresenta suas concepções para a defesa do País. Ao compulsar-se o documento, podem-se extrair os objetivos, as estratégias e as áreas prioritárias para a aplicação do poder militar.

Da análise da PDN, chega-se às seguintes conclusões:

- há a nítida definição de prioridade para a defesa externa;
- duas áreas estratégicas são assinaladas, particularmente, o Atlântico Sul e a Amazônia;
- estabelece-se uma clara valorização da estratégia de projeção de força.

Em contrapartida, existem formulações presentes na PDN que são recorrentes nas formulações estratégicas, representando, pois, pontos de convergência do pensamento de militares e civis. Eles são:

- a índole pacífica do povo brasileiro;
- o entendimento de que o Brasil é uma nação geopoliticamente satisfeita; e
- a visualização geral de paz entre os Estados na América Latina.

Estas últimas asserções correspondem ao que Sérgio Buarque de Holanda³³ denomina "visão edênica" e que, na verdade, corresponde a uma visão de matiz ideológico e conservadora, estabelecida para consumo interno e utilizada de forma instrumental e circunstancial pelo partido de plantão, pois, tanto pode servir para conter

aspirações militaristas, como para recalcar os ardores radicais dos amplos setores marginalizados da sociedade.

Essa percepção edênica poderia ser mais profundamente contestada, mas não é o escopo deste ensaio. Basta apenas ratificar que essa imagem de grande Suíça, para o Brasil, não é verossímil, não corresponde a Realpolitik e, nunca, definitivamente nunca, conduziu nenhum Estado ao círculo das grandes potências.

Reordenamento espacial

Essa partição³⁴ do espaço territorial atende à funcionalidade ou à vocação geoestratégica e geopolítica dos compartimentos geográficas do Brasil.

No entanto, a geografia bruta não foi elevada à condição autônoma; ela interagiu com a estratégia, o elemento dinâmico; e tomou fôlego com a dialética, como metodologia.

A idéia de Zona Militar de Defesa não representa, somente, um rótulo novo. O qualificativo Defesa, *latu sensu*, sinaliza para o entendimento superior da necessidade de combinar e integrar os diversos vetores do aparato militar - aéreo, naval e terrestres - já na estrutura de paz.

Significa, também, o desejo de estabelecer uma visão comum e sistêmica dos problemas atinentes à segurança, em todas as suas dimensões (humana, social, regional, estatal e mundial), promovendo, dessa forma, a adoção de soluções totais, pois, segurança é, antes de tudo, um assunto de percepção (Sanquirico. Modelo de Forças Armadas. Traduzido da Revista *Ejército. Military Review*, 1997)

Algumas considerações sobre a articulação apresentada na figura 5:

- A Zona Militar Central (ZMC) compreende, grosso modo, a área que envolve o triângulo Belo Horizonte-Palmas-Goiânia.

- Na ZMC estariam desdobradas as reservas estratégicas - aéreas e terrestres - sob comando combinado, e o comando das unidades especiais. Os



Figura 5 – Uma divisão territorial por zonas militares

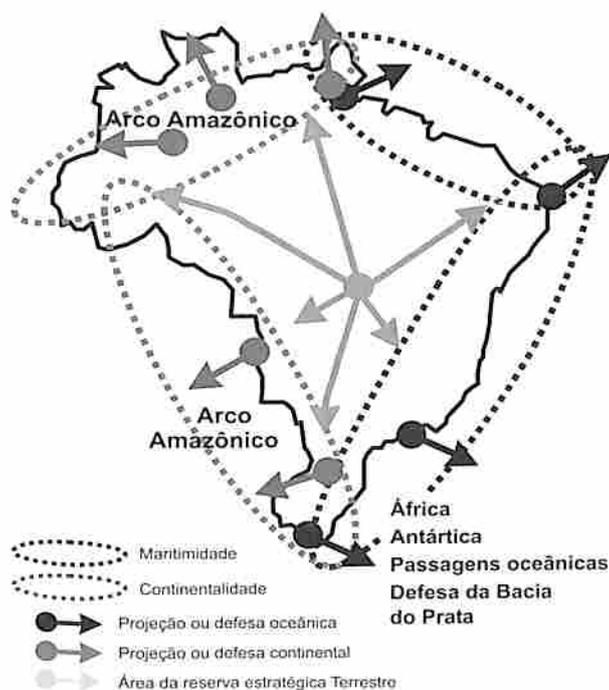


Figura 6 – Estratégias

comandos das reservas estratégicas e das unidades especiais não teriam responsabilidade territorial.

- As Zonas Militares Nordeste (ZMNE) e Sudeste (ZMSE) são vocacionadas para a aplicação majoritária de estratégias voltadas para o Oceano Atlântico.

- As Zonas Militares da Amazônia Oriental (ZMAOr) e Sul (ZMS) são vocacionadas para a aplicação equilibrada de estratégias terrestres e navais; e

- A Zona Militar da Amazônia Ocidental (ZMAOc) está vocacionada para a aplicação de estratégias terrestres.

Estratégias (figura 6)

Nesse contexto prospectivo, as duas estratégias prevaletentes são a defesa - ativa e dinâmica - e a projeção de poder. A saber, a primeira para atender às servidões da continentalidade e assegurar a manutenção do território; a segunda para atender aos reclamos da maritimidade e aos impulsos de grandeza nacional.

Dessa forma, nos espaços interiores continentais e nos extensos lindes - no Prata, na Amazônia e no Centro-Oeste - estão articuladas forças para serem empregadas, consoante a estratégia da defesa ativa e dinâmica. São elementos de dissuasão e projeção de forças no continente.

Ressalte-se que a reserva regional - na ZMAOc, na ZMO e na ZMS - possui capacidade ofensiva em face dos condôminos do arco fronteiriço; ou seja, intenta-se assegurar a iniciativa operacional já no nível regional, o que garante mais rapidez na busca de uma solução militar e política para a crise.

Nas ZMNE e ZMSE estariam reunidas as forças para aplicação da estratégia da projeção de poder e para a defesa aeronaval dos acessos às bacias Amazônica e do Prata.

E, finalmente, na ZMC, as reservas estratégicas articuladas de forma equidistante perante o perímetro estatal e condicionadas para a ação estratégica, no sentido que Beaufre emprega, de ameaçar as forças oponentes.

CONCLUSÃO

A estratégia não admite a imobilidade, pois a natureza de seus elementos intrínsecos, como a manobra, o mais complexo, é eminentemente dialética. Naturalmente, reconhece-se que os fatores materiais influem nas concepções, embora não se admita uma relação causal estrita entre eles e o imobilismo estratégico.

A estratégia é arte. Inspiração, genialidade e vontade de se obter a iniciativa são virtudes do artista operacional, enquanto o tático e o logístico se deleitam na cinemática e

se inspiram no rigorismo cartesiano na solução dos problemas militares.

A geopolítica pressupõe, à priori, um certo determinismo geográfico, com isso se torna uma ciência baseada em hipóteses pressupostas como verdadeiras. Sob esse enfoque, é passível de críticas.

Ainda assim, a produção dos geopolíticos brasileiros é vasta e reconhecida internacionalmente, contudo, hoje, nos meios acadêmicos internos, não tem grande repercussão.

Há duas peculiaridades relativas aos temas abordados no ensaio, cujas razões não se extraem com facilidade. A primeira diz respeito à ausência de pensadores civis nas formulações estratégicas e à constatação de que a maioria, senão todos os militares que estudam geopolítica estão na reserva. O que significa isso?

Uma das teses, esposada nesse ensaio, é a de que a auto-suficiência, o isolamento intelectual e uma leitura particular da realidade nacional, influenciada pelo positivismo e pelo cartesianismo, conduziram o Exército, a força majoritária, a pensar e a exercer um papel funcional mais social que profissional.

Sobre isso, à guisa de corolário, vale arrematar com Huntington (*O Soldado e o Estado*. BIBLIEX, 1996, p. 21.) ao registrar que Instituições militares que só refletem valores sociais podem ser incapazes de desempenhar com eficiência suas funções específicas.

O Brasil respira pelo mar, menciona a saudosa Professora Therezinha de Castro. Entende-se que mais do que isso, o Brasil não será potência enquanto não for grande no mar, e para tanto não é suficiente somente vontade. Há necessidade de se estabelecer uma política específica, orientando concepções estratégicas militares combinadas, tudo com o escopo de superar a vocação litorânea para o nível qualitativo superior de nação com projeção oceânica.

A propósito, cabe uma referência final ao tema comando combinado. O projeto do Exército americano, Joint Vision 2020, é unânime, em todos os seus conceitos, na valorização da combinação de forças.

Na verdade, qualquer argumento, no âmbito interno das forças singulares, que se apresente, visando à preservação de particularidades das forças em detrimento da adoção imediata, ainda que paulatina, dos comandos combinados, é anacrônico, pois dissociado da realidade atual. O comando combinado, no nível operacional e estratégico, é uma opção irremediável do ponto de vista técnico, que deveria evidenciar-se, por prudência, como consenso entre as Forças Armadas, pois delongas conceituais e doutrinárias somente retardam o inadiável, que poderá ser imposto pelo estamento político, à semelhança do ocorrido com o Ministério da Defesa.

Por fim, cabe o destaque para as duas premissas que nortearam a elaboração deste ensaio:

- A segurança do imenso patrimônio, o berço esplêndido do Hino Nacional, extrapola o horizonte militar, pois deve ser percebida de forma multidimensional, multifuncional e, essencialmente, integrada.

- Do ponto de vista militar, a segurança repousa na dissuasão e, esta, na capacidade de ameaçar, na combinação das forças singulares e na adoção de estratégias militares dinâmicas.

A primeira é eminentemente de feição política; a segunda está no nível da estratégia militar.

NOTAS

- ¹ In *Geopolítica e as Projeções do Poder*. Meira Matos.
- ² HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado*. BIBLIEX, Rio de Janeiro, RJ, 1996.
- ³ SANQUIRICO, Francisco Laguna. "Modelo de Forças Armadas". Traduzido da Revista *Ejército. Military Review*, 1997.
- ⁴ *Política de Defesa Nacional*. Brasília, 1996.
- ⁵ GOES FILHO, Synesio Sampaio. BIBLIEX, Rio de Janeiro, 2000.
- ⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. Brasiliense. Publifolha, São Paulo, 2000.
- ⁷ Várias obras, em particular, *A geopolítica e as projeções do poder*. BIBLIEX, Rio de Janeiro.
- ⁸ DO COUTO E SILVA, Golbery. *Aspectos Geopolíticos do Brasil*. Rio de Janeiro. BIBLIEX, p. 111, 1957.
- ⁹ "A despeito de todas as previsões, nós nos encontramos atualmente mais no fim da era do domínio das grandes instituições, como o Estado, a Igreja, ou o Exército." In Revista *Deutschland*.
- ¹⁰ *Ejército de tierra español*. n. 724; junio de 2001.
- ¹¹ "O conflito é o pai de todas as coisas: de alguns faz homens; de alguns, escravos; de alguns, homens livres." In *Os pensadores pré-Socráticos*. Nova Cultural. São Paulo, 1996.
- ¹² "Não é possível estar calado e permanecer tranqüilo se não quando se têm flechas no arco." Friedrich Nietzsche, in *Assim falou Zaratustra*, p.50.
- ¹³ MATTOS, Meira. *Estratégias Militares Dominantes*. Rio de Janeiro. BIBLIEX, 1986.
- ¹⁴ Friedrich Ratzel(1844-04) é considerado o grande precursor da Geopolítica. A teoria de Ratzel apóia-se na decisiva influência de dois fatores geográficos: espaço e posição. Esses determinam o valor político e o derradeiro destino de todas as partes da superfície da Terra. Segundo Tosta. (*Teorias Geopolíticas*. BIBLIEX, 1984.)
- ¹⁵ Rudolph Kjellen(1864-1922). Para Kjellen, um Estado só pode ser considerado como possuidor de um grande poder real quando satisfizer as três condições: grande espaço, liberdade de movimentos e coesão interna. (Idem)
- ¹⁶ In *Pensamento Geopolítico latino-americano*. Jonh Child. *Defesa Nacional*. BIBLIEX, p. 57. Tradução de Luiz Paulo Macedo Carvalho.
- ¹⁷ TRAVASSOS, Mario. *Projeção continental do Brasil*. Edição Brasileira, 1938.
- ¹⁸ A teoria de Mahan fundamenta-se no princípio de que as nações podem crescer ou entrar em decadência, mas nunca permanecer estáticas. Mahan mostra que o Poder Marítimo tem grande importância no destino das nações e afirma que é indispensável ao seu desenvolvimento, prosperidade e segurança. Segundo Tosta. (*Teorias Geopolíticas*. BIBLIEX, 1984.)
- ¹⁹ Seversky afirma que em um conflito de maior importância as forças de superfície só poderão cumprir suas missões com sucesso se o espaço aéreo for controlado por uma força aérea amiga. Por isso, o controle do ar tornar-se-á um ponto crucial da guerra e "um término para si mesma". Segundo Tosta. (*Teorias Geopolíticas*. BIBLIEX, 1984.)
- ²⁰ Em crítica ao recente livro publicado pelo Embaixador Celso Lafer - *A Identidade Internacional do Brasil* - o cientista político Artur Ribeiro Neto aponta um vazio de identidade na política externa brasileira. *Folha de São Paulo*, 3 de novembro de 2001.
- ²¹ GENTIL, Alcides. *As idéas de Alberto Torres*. Companhia Editora Nacional, 1938.
- ²² BRASIL. Estado-Maior do Exército. *História do Exército Brasileiro. Perfil Militar de um povo*. Brasília, 1972. 3v.
- ²³ SARDENBERG, Ronaldo Mota. *Globalização e perspectiva brasileira*. São Paulo, 19 de setembro de 1996.
- ²⁴ BRASIL. Estado-Maior do Exército. *História do Exército Brasileiro. Perfil Militar de um povo*. Brasília, 1972. 3v.
- ²⁵ No mesmo trabalho, Sardenberg assinala cinco cenários: hegemonia benévola ou coercitiva, hegemonia unilateral ou compartilhada, livre mercado com predomínio de multinacionais, rivalidade regional estruturada em três mega-blocos ou anarquia e o caos.
- ²⁶ Mackinder desenvolveu os conceitos de Ilha Mundial, Heartland, Mundo Insular e Mundo Continental. Nasceu em 1861 e viveu até 1947.
- ²⁷ Desenvolveu conceitos sobre Autarquia, "Lebensraum", Pan-Regiões, Poder Terrestre versus Poder Mundial e fronteiras.
- ²⁸ O crescente assumia a forma de uma meia-lua externa, compreendendo a Inglaterra, a África do Sul, a Austrália, os Estados Unidos, o Canadá e o Japão.
- ²⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia*. São Paulo, Brasiliense, Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro.)
- ³⁰ As ações estratégicas segundo Beaufre:

Guardar	Estar em uma disposição que permita cobrir a tempo suas vulnerabilidades.
Romper	Esquiva geral, abandonando um objetivo limitado.
Parar	Proteger uma vulnerabilidade atacada.
Responder	Ameaçar uma vulnerabilidade adversa tal que o inimigo deva abandonar seu ataque.
Atacar	Procurar atingir uma vulnerabilidade adversa.
Ameaçar	Adotar disposições que permitam atacar uma vulnerabilidade adversa.
Surpreender	Atacar uma vulnerabilidade que não está protegida.

- ³¹ Na verdade, essa concepção pouco se distingue da preconizada por Meira Mattos que menciona que "em termos de comando optaríamos por ter um comando combinado geral e um para cada uma das áreas estratégicas citadas: Atlân-

tico Sul, Bacia do Prata e Amazônia". (*Estratégias Militares Dominantes*, p.90.) Tal ênfase justifica-se, no autor citado, pelo efeito dissuasório da manobra combinada.

³² FERREIRA, Oliveiros S. *Forças Armadas, Para quê?* Editora GDR. São Paulo, 1988.

³³ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso*. São Paulo, Brasiliense, Publifolha, 2000.

³⁴ Essa divisão territorial militar já foi designada por comandos de regiões militares, comandos de exército e, atualmente, correspondem aos comandos militares de área. Segundo Alfredo Souto Malan, em *Missão Militar Francesa de Instrução Junto ao Exército Brasileiro*, BIBLIEX, em 1915, eram sete regiões militares, com sedes em Belém, Recife, Salvador, Niterói, Capital Federal, São Paulo e Porto Alegre.

BIBLIOGRAFIA

BEAUFRE, André. *Introdução à estratégia*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1998.

BONFIM, Luiz. "História Militar do Brasil". *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, nº 776, 2 tri., 1997.

BRASIL. *Política de Defesa Nacional*.

CASTRO, Therezinha de. *Geopolítica, princípios, meios e fins*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1999.

—. *O Brasil e a "Nova Ordem Mundial"*. Rio de Janeiro, 1995.

CHILD, John. "Pensamento geopolítico latino-americano". *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, BIBLIEX.

ECEME. *Dissuasão não-nuclear: Limites e aplicabilidade*. Centro de Estudos Estratégicos. Rio de Janeiro, 2001.

FERREIRA, Oliveiros S. *Forças Armadas, Para quê?* São Paulo, GRD, 1988.

HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1996.

MEIRA, Mattos. "A Estratégia - Seu Desdobramento no Espaço e no Tempo". *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1984.

—. *A Geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1977.

—. *Estratégias Militares Dominantes - Sugestões para uma estratégia militar brasileira*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1986.

—. *Geopolítica e Trópicos*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1984.

TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1984.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



A Supremacia Americana e a ALCA

Francisco de Assis Grieco

Após apreciar os fatores históricos presentes na formação da sociedade norte-americana, o autor analisa a evolução deste país e sua inserção na política regional e sua política mundial. Estuda os grandes problemas atuais da política exterior dos EUA e sua dificuldade em harmonizar sua vocação pluralista e liberal com as imposições de sua supremacia mundial. É uma obra séria que contém um repertório de informações históricas, diplomáticas e econômicas que irão atualizar e aprofundar os conhecimentos dos leitores sobre o tema.